



2. Dignidade e responsabilidade de um bispo (1948-1959)

Já antes da ordenação episcopal, Ferreira Gomes é informado dos problemas da diocese que vai pastorear e prepara-se para encontrar um clero disponível e dedicado. Como bispo coadjutor de Portalegre com direito a sucessão, tomou posse a 29 de Maio de 1948. D. António entrou por Constância e Abrantes a 28 de Maio e pernoitou no Seminário de Gavião onde foi recebido por D. Domingos. No dia seguinte o cortejo partiu às 15 para a Sé, onde chegou pelas 17 horas. Era a primeira vez que via Portalegre. A cidade recebeu-o festivamente.

Pela morte de D. Domingos Maria Frutuoso a 6 de Julho de 1949, é nomeado Bispo de Portalegre e aí prossegue o contacto com a realidade do Alentejo que estuda, como testemunha o seu então secretário particular, P. José Geraldês Freire (*Ver Voz Portucalense*, de 18 de Março de 1982). Antes, teve como secretário o P. António Nunes Delgado, que regressou ao Porto em 1949. Posteriormente a Geraldês Freire, exerceu a mesma missão o P. Elias Lopes, que ainda o acompanhou durante alguns meses no Porto.

Em Outubro de 1949 dirige aos seus diocesanos a primeira pastoral, na qual reconhece o persistente trabalho do antecessor durante vinte e oito anos difíceis e estruturantes após o despojamento republicano.

Como primeira preocupação pastoral estava a formação da inteligência. Uma das formas de a promover era a preparação dos futuros padres, para o que pensa a fundação de um Seminário Maior e cria a O.V.E.S. (Obra das Vocações Eclesiásticas e Seminários) em 1949, com capilaridade paroquial, fundamental para aumentar o número dos candidatos ao ministério presbiteral. Outra forma foi o apostolado das classes dirigentes. A elevada cultura do bispo permitia marcar a transformação das mentalidades, quer pelas intervenções em conferências e artigos do semanário diocesano “O Distrito de Portalegre”, quer pela amizade com intelectuais, como: António Rodrigues Soares, Vítor Marques de Oliveira, Manuel Duque Vieira, Ulisses Vaz Pardal (de Castelo Branco), Armando Moura Neves, Manuel Fernandes e Diogo Oleiro, de Abrantes. Organizou no ano lectivo de 1948-1949 um Curso Superior de Cultura Católica, a funcionar até 1951. Aproveitou o Congresso do Sagrado Coração de Jesus, em Castelo de Vide (Outubro de 1949) para animação missionária do Alto Alentejo, renovando paróquias decaídas desde a implantação da República. Socorreu-se de evangelizadores de outras dioceses, incluindo uma mulher, D. Maria José Novais. A



celebração do IV Centenário da fundação da Diocese de Portalegre foi outro momento pastoral renovador. A visita da imagem peregrina de Fátima a todas as paróquias entre 6 de Maio e 12 de Junho de 1951 constituiu oportunidade para uma verdadeira "missão popular". Momento alto seria a consagração da Diocese ao Imaculado Coração de Maria, feita num altar improvisado no Rossio, junto ao Hospital da Misericórdia, no dia 10 de Junho.

A sua sensibilidade para com os problemas sociais vem ao de cima desde a primeira hora, perante a situação do proletariado alentejano. Conhecendo bem a doutrina social da Igreja, tentou promover meios de organizar uma sociedade mais justa. Sonhou constituir uma associação agrária de inspiração cristã, para apresentar soluções para os graves problemas aí vividos e juntamente atender às necessidades económicas e aos valores morais. O proprietário e engenheiro agrónomo José Pequito Rebelo, lançou, em Março de 1949, um apelo ao novo bispo para que se fizesse defensor da criação de uma irmandade dos proprietários alentejanos de Lisboa, junto dos bispos vizinhos de Évora e Beja. António Ferreira Gomes contrapõe razões à ideia de Pequito: era o bispo mais novo para tomar iniciativas em todo o Alentejo, tinha prioridades pastorais como a construção do Seminário, a associação não devia valorizar os absentistas. Perante esta resposta Pequito advoga que não vale a pena deitar mãos à criação da associação como Dom António a concebera. De facto, a ideia vai sendo trabalhada. Em 1951, nasce a Acção Católica Agrária, animada pelo engenheiro Nuno Vaz Pinto e cria-se uma Fraternidade Operária, inaugurada a 8 de Abril de 1951, com operários de toda a diocese. Os poucos anos de contacto com as gentes do Alentejo foram suficientes para gerar no bispo um carinho e um apreço muito especiais. Além desta criação, como acontecimentos mais memoráveis destacam-se: o I Congresso do Sagrado Coração de Jesus, em Castelo de Vide (1949) e a peregrinação da Diocese a Roma (Setembro de 1950).

A única oposição que o fez sofrer deve-se ao Padre Dr. José Ribeiro de Castro, advogado, industrial, lutador pela construção de uma igreja do Espírito Santo em Castelo Branco. Dom António colocava três condições: restaurar primeiramente a Matriz de Castelo Branco, não fazer peditórios que tirassem prioridade ao Seminário, incluir o pároco na Comissão. O Dr. Ribeiro Cardoso dizia que Dom António tinha inicialmente concordado com a ideia e só em Julho pôs condições e escreveu acusações de mentira ao bispo. Dom António sentiu-se magoado, mas sem qualquer ressentimento ofereceu à Sé de Castelo Branco a cruz peitoral que pela sua sagração a cidade lhe tinha oferecido. Na ante-véspera de



deixar a diocese depôs a sua cruz no altar de Nossa Senhora de Fátima, como prometera na Pastoral de despedida da diocese.

Em meados de Junho tinha sido chamado à nunciatura e convencido pelo Núncio, Pietro Ciriaci, a ir para o Porto. A 13 de Julho de 1952 é nomeado bispo do Porto. Toma posse por procuração a 14 de Setembro e entra solenemente no dia 12 de Outubro, uma vez que continuou como Administrador Apostólico de Portalegre até à tomada de posse do sucessor, D. Agostinho Joaquim Lopes de Moura, a 2 de Maio de 1953.

Bastaria ler o número especial de “O Distrito de Portalegre” de 4 de Outubro de 1952, com variada colaboração, para verificar a força da sua acção pastoral na breve passagem pela Diocese alentejana. No número seguinte vem o relato da sessão de despedida no Teatro Portalegrense, com diversos oradores. Nessa homenagem é-lhe oferecido um cálice, obra da ourivesaria Aliança, do Porto. Com este cálice celebrava na Quinta da Mão Poderosa.

A 11 de Outubro saía da cidade de Portalegre em cortejo automóvel. Pernoitou no Seminário de Coimbra e ao princípio da tarde de domingo, dia 12, entrava na diocese do Porto. No limite sul (Pinheiro da Bemposta) era recebido pelo Cabido e grande multidão. Foi saudado por Mons. Manuel Pereira Lopes. Chegado ao Porto foi recebido solenemente na Câmara e daí se organizou o cortejo para a Sé. Pode aí ouvir-se a palavra do novo pastor na sua primeira saudação, sem medir todo o real alcance das palavras: “nós pessoalmente esperamos recolher a herança dos Maiores e não deixar perder dela, ao menos por cobardia ou comodismo, alguma migalha, quaisquer que possam ser as consequências. Assim Deus nos ajude!” (*Lumen*. 17 (1953) 102.

De 1952 a 1958, o bispo do Porto notabilizou-se pela atenção à miséria social do povo português, pela crítica cerrada ao corporativismo do Estado e pela exigência de livre expressão do pensamento e da acção política (célebres discursos aos jornalistas, no dia de S. Francisco de Sales).

Bispo da cidade defensora das liberdades, incentivou a organização de uma Marcha de Silêncio a 25 de Janeiro de 1954, em protesto contra as perseguições aos cristãos da Europa de Leste e da China, em violação da liberdade religiosa. A tentativa de oposição do Movimento Nacional Democrático, por carta do Prof. Doutor Ruy Luís Gomes e Virgínia de Moura, serviu para D. António esclarecer a intenção da Igreja. A afirmação pública contra a opressão de liberdades essenciais não era acto político mas manifestação de que a Igreja



deseja uma convivência humana “no máximo possível da liberdade civil e da plenitude pessoal”.

A 31 de Dezembro de 1954 foi nomeado Bispo auxiliar do Porto D. Florentino de Andrade e Silva, ordenado a 27 de Março de 1955. Na provisão então publicada depositava D. António toda a confiança no seu auxiliar. Se depois as relações se deterioraram no tempo do exílio, a perturbação ficou a dever-se a nefastas influências políticas, criadoras de barreiras e geradoras de incompreensões mútuas.

Uma ou outra vez acedeu a insistências para escrever textos introdutórios. Um deles é a *Saudação* para a *Lusitania Sacra* (1 (1956) 7-15). Aqui critica o historicismo como naufrágio da história, lança alguns desafios para o fazer de uma «história arquitectónica», como combinação de ciência, arte e filosofia. A História devia chegar a «disciplina total», compreender e respeitar a tradição por consideração para com a vida e traçar visões panorâmicas de conjunto, irradiar uma profunda filosofia da história.

Em 1956, no solene Te Deum de acção de graças pelos 80 anos de Pio XII o Bispo do Porto anunciou a adesão da diocese ao Movimento Mundo melhor e benzeu a primeira pedra para o Bairro Pio XII. Na alocução aí proferida acentuava-se a preocupação pastoral de D. António pelos problemas sociais.

Junto dos colegas do Episcopado D. António insistia, desde 1954, na urgência de enfrentar a questão social e definir o papel da Igreja diante da vida pública. Tornava-se evidente ao seu espírito o abuso do Estado em mostrar-se seguidor da doutrina da Igreja e optar por um corporativismo de raiz pouco católica. O tema amadurece e patenteia todo o vigor no discurso aos Jornalistas e Homens de letras católicos em Janeiro de 1957. O eco enorme desta alocução nos meios católicos projectou a figura do Bispo do Porto no ensino da doutrina social da Igreja. Somam-se as intervenções, como a da I Semana de Estudos Rurais em Fátima (Abril de 1957).

Vai-se criando um clima que nas eleições para a presidência da República, a 8 de Junho de 1958, acaba por rebentar. A Oposição, na sua campanha, aproveita-se de textos de Pio XII, do bispo do Porto, o que justifica o protesto de D. António na homilia de Pentecostes de Maio de 1957: “Lavramos o mais veemente e formal protesto contra a utilização em qualquer sentido político e a favor de qualquer parcialidade, do ensino feito aos sacerdotes e aos fiéis”... Parecia adivinhar o maior aproveitamento que já espreitava.



A participação no IV Encontro Hispano-português de patrões católicos, em Barcelona, de 5 a 8 de Junho, impedia-o de votar. O que para ele constituía alívio era para o Estado quebra-cabeças. Daí que D. Livia Nosolini fosse ao Porto para convencer o Bispo a vir votar. Assim acontece. Intervém no Congresso de Barcelona e desembarca no aeroporto, com reportagem de televisão, rádio e jornais. Pernoita nos Olivais e vota em Lisboa, bem captado pelas imagens. No dia seguinte parte para Paris onde o esperavam dois padres do Porto que o acompanhavam até Bruxelas para participar na Conferência internacional da “Union Internationale des Associations Patronales Catholiques”. Ora, fez parte do acordo com a delegação da senhora Nosolini haver uma conversa entre Salazar e D. António. Para preparar os temas desse encontro escreveu um Pró-memória. É conhecido erradamente como *Carta a Salazar* (13 de Julho de 1958). Ao terminar o *Pro memoria*, o bispo do Porto lançou quatro perguntas relativas às possíveis objecções que o Estado teria à acção da Igreja e dos católicos. Com estas questões não pretende qualquer favor e declara: “antes, pelo contrário, penso que se não forem capazes de aguentar o desfavor e a animosidade do Poder, pouco podem merecer o respeito e a liberdade. Apenas sugiro e peço, mas isso com toda a nitidez e firmeza, o respeito, a liberdade e a não-discriminação devidos ao cidadão honesto em qualquer sociedade civil.” (GOMES - *D. António*, p. 139). Salazar acusa a recepção a 27 de Julho e aguarda para depois da posse do Presidente da República a vinda a Lisboa do Bispo. D. António informa que irá na segunda quinzena de Agosto.

Por Agosto começou a circular a “carta do bispo do Porto”, devido a inconfidências de um amigo de D. António e de um ministro de Salazar. Causou grande polémica nos jornais, às vezes bem reveladora do fanatismo vulgar de alguns espíritos. Conhecedor da carta o General Humberto Delgado serve-se do Arquitecto Artur Vieira de Andrade como intermediário para solicitar uma audiência. A reacção de D. António é contundente: “em face de um progressivo clima de densa confusão política, que atingiu, indevida mas gravemente a integridade doutrinal da Igreja e a sua independência temporal, com perigosos reflexos na desorientação de muitos católicos e no escândalo de outros, tenho tido necessidade de esclarecer doutrinas e definir posições, que relevam da minha precisa responsabilidade episcopal” (12-9-1958).

D. António não chega a ir a Lisboa. Tenta em vão contactar a Secretaria da Presidência durante um dia inteiro. Recorre então ao Patriarcado para saber quem era o capelão de férias de Salazar. Atendido pelo Arcebispo de Mitilene, D. Manuel dos Santos Rocha, este



encarrega-se de diligenciar. Quem telefona acaba por ser o cardeal Cerejeira. Fica a saber que a entrevista estava de pé, que deixava a oportunidade à decisão do Bispo do Porto. A resposta foi comunicada a D. António. As razões porque não foi, divergem. O Cardeal Cerejeira atribui à indecisão de D. António que voltou a perguntar para o Patriarcado o que devia fazer e perante tanta insistência o Arcebispo de Mitilene “disse que não se julgava em condições de lhe aconselhar francamente a vinda” (carta de 2-12-1962). Foi D. António que decidiu não aparecer. O Bispo do Porto nega este segundo contacto.

Pressionado pelos colegas, desloca-se a Roma para a celebração do início do pontificado do Papa João XXIII (4-11-1958), disposto a renunciar à diocese, se a Santa Sé entendesse ser a solução para ultrapassar o conflito originado pela divulgação da “Carta”. Tem a lealdade de avisar o Patriarca que vai à Secretaria de Estado. Este antecipa-se e vai ainda antes dele. Só depois o bispo do Porto se encontra com Mons. Samoré e com o Cardeal Tardini, a 6 de Novembro. Dão-lhe instruções para que se mantenha no cargo e siga sempre as indicações do Senhor Cardeal Patriarca. Este encontro marcaria a firmeza da sua posição posterior, quando Paulo VI lhe pedirá, a 30 de Agosto de 1963, para renunciar.

Regressado de Roma, escreve uma breve carta a Salazar, datada de 2 de Dezembro de 1958. Aí lamenta o “curso infeliz dos acontecimentos” e recusa a interpretação política da sua exposição no pró-memória. Em 16 de Janeiro sai da atribulada reunião do Episcopado uma Pastoral colectiva. Os artigos insultuosos de *A Voz*, paga pelo erário público, são difundidos em folheto calunioso, com o título *Direcção perigosa*. São atribuídos ao jesuíta Agostinho Veloso. Acusava o bispo de violar a Concordata e se ter aliado aos comunistas da oposição. Visava denegrir a imagem do bispo, em demasiada cegueira política e nenhuma lucidez evangélica.

D. António indagou a Cerejeira se não seria hora de dar a conhecer a carta ao arquitecto. A resposta foi negativa e o Cardeal contrapõe a ideia de publicar uma nota no *Novidades*, mas que o jornal acabou por não aceitar, como informaria em carta de 23 de Março de 1959. Dá como razão ficar à espera do que o jornal *Voz do Pastor* dissesse em defesa do Prelado. Por sua vez D. António não deixa que ninguém na sua diocese tome posição porque espera orientações do Patriarca, conforme lhe foi ordenado em Roma.

Foi com surpresa que recebeu do cardeal Tardini a notícia, em ofício de 16 de Maio de 1959, de que a diocese seria objecto de uma visita apostólica, tendo a Congregação Consistorial incumbido da tarefa o cardeal José da Costa Nunes. O motivo para tal visita era



verificar a divisão existente entre o laicado e o clero da diocese, sem que o bispo do Porto desse disso notícias à Santa Sé. Estando já a decorrer a visita o Bispo escreveu aos colegas do Episcopado, a 23 de Maio. Relatava os passos do processo e apontava o dedo para as distorções e maquinações do Governo, desrespeitando a autoridade da Igreja a quem competia solucionar o problema. Lamenta que a sua correspondência seja violada, o telefone esteja sob escuta, em clara prepotência totalitária, sem um protesto dos colegas. Temia que a Santa Sé, pressionada pelo regime ditatorial, para evitar mal maior, cedesse a destitui-lo e aí os bispos também seriam culpados pela cobardia do seu silêncio. Esta missiva magoou os destinatários e suscitou reacções muito diversificadas. Uma segunda carta, a 3 de Julho comunicava ao episcopado a decisão de se ausentar do país por algum tempo. Aí se referia por termos vagos a uma “satisfação” dada ao Presidente do Conselho, mas que não bastava porque a questão era com a Igreja e não apenas com o bispo do Porto. Essa satisfação consistia numa carta a Salazar enviada e 30 de Maio de 1959, redigida pelo cardeal Costa Nunes e assinada por D. António em tentativa de sanar o caso.

Certo é que saindo do país, a 24 de Julho de 1959, por ser aconselhado a retirar-se uns tempos para férias, é depois proibido de entrar, quando em Outubro pretende regressar.

† Carlos A. Moreira Azevedo,
Presidente da Fundação Spes